

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: Estatuto do Índio

Data: 7 de Maio de 1992

Pg.: HLR00433

Cimi não quer interferir na tutela constitucional do índio

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) distribuiu nota à imprensa para contestar notícias dando conta de que a entidade teria manipulado o Encontro dos Povos e Organizações Indígenas, realizado na semana passada, em Luziânia (GO), para discutir a revisão do Estatuto do Índio. De acordo com o Conselho, são falsas as informações de que a Igreja Católica deseja acabar com a tutela constitucional aos índios e com a própria Funai. "Afirmarções de que o CIMI teria manipulado esse processo impli-

cam numa grave desconfiança na capacidade de os índios conduzirem e administrarem as questões que lhes dizem respeito", observa.

"A afirmação de que estaria em curso a substituição da tutela do Estado pela da Igreja em relação aos índios é síntese do pensamento dos estrategistas militares e das empresas mineradoras", prossegue a nota do Conselho, acrescentando: "Em nenhum momento o CIMI confundiu o fim da tutela com o fim da

proteção aos povos indígenas ou mesmo da Funai. Se, por um lado, a tutela é incompatível com os preceitos constitucionais, por outro lado, a proteção é uma exigência dessa mesma Constituição. A proposta do CIMI, apresentada à Câmara dos Deputados sobre o novo Estatuto dos Povos Indígenas, prevê para as comunidades indígenas atenção integral à saúde de forma diferenciada, educação escolar específica e outras ações que contribuam para sua sobrevivência".